

## XVII

*Pluralidade das existências da alma*

No dizer de Roma, as almas são creadas no momento de virem aos corpos, seus instrumentos de bem-aventurança ou de perdição.

Vivem algum tempo sob o invólucro material e, emancipando-se dele pela morte, são transportadas ao infinito, para cantarem eternamente louvores a Deus ou para blasfemarem eternamente.

Analisemos estas afirmações á luz da razão.

Se a alma passa, ao sopro divino, do *não sêr* ao *sêr*, no momento de penetrar no corpo como se lhe assinar responsabilidade no pecado original dos nossos primeiros pais?

Por que princípio de justiça — por que impene-trável mistério se lhe imputa uma falta cometida quan-do ela ainda não havia sido creada?

Será, porventura, que o Supremo Creador não creou as almas, mas fê-las de uma substância contaminada em sua primeira manifestação individual?

Todos os homens, diz-se, estavam contidos no pri-meiro. Como é isto? Corporal ou espiritualmente?

Na primeira hipótese há um êrro evidente; pois que o organismo humano se renova, de modo que, em certo tempo, não existe nele nenhuma partícula do cor-po que foi nos primeiros dias da vida — na segunda, o próprio catolicismo romano estabelece que Deus cria sucessivamente as almas, o que repele a hipótese.

Supondo mesmo que houvesse no primeiro homem o princípio gerador e orgânico, que se há transmitido pela geração aos demais, não deixa de ser menos con-cebível a transmissão do pecado original.

O único responsável pelos atos da malícia é o *eu*, o sêr inteligente e livre, a alma, e, portanto, o respon-

savel pelo primeiro pecado é exclusivamente a alma, que o praticou (1), e de modo algum as que não foram presentes, nem contribuíram para que êle se dêsse.

Ainda mais: a mácula original, segundo afirma a igreja dos papas, foi completamente lavada pela água do batismo.

O homem, recebido aquêle sacramento, fica puro e imaculado, de sorte que, se naquele feliz instante des-aparece do número dos viventes, a sua alma eleva-se sem tropeço aos pés do seu Creador.

Ainda bem. Se o homem pelo batismo se desprende do pecado hereditário, porque novo mistério o transmite a seus filhos? Em virtude de que lei nova traspassa e lega a seus herdeiros um vício — uma lepra — uma dívida, que já tinha saldado?

E, se se herdiam as consequências da primeira fal-ta, que, por ser a primeira, não deixa de ser da natu-reza das outras, porque não se herdiam as consequên-cias da segunda e da terceira?

Ponhamos de parte responsabilidades absurdas e inconcebíveis em justiça — e estudemos o que póde si-gnificar o pecado original no terreno filosófico, já que a religião romana lhe dá uma interpretação evidente-mente errônea.

Que o homem vem ao mundo com algum vício an-teriormente contraído, não é lícito pôr em dúvida, e menos negá-lo. Tal fato aparece escrito, com caracteres irrecusáveis, no organismo humano e em cada uma das manifestações da alma.

Os sofrimentos físicos e morais não merecidos por atos da vida presente — a miséria, os infortúnios, as enfermidades, o idiotismo, a loucura, o que são, o que

(1) A alma que pecar, essa morrerá: o filho não carre-gará com a maldade do pai, nem o pai com a do filho — a justiça do justo sôbre êle será, assim como a impiedade do ímpio. (Ezequiel, XVIII, 20).



podem ser ante a justiça de Deus, senão provas assaz claras de que o Espírito vem às lutas da vida com feridas recebidas em anteriores combates? O que podem ser senão consequências de extravios e erros persistentes da alma?

E, pois que não é possível conceber a culpa sem o culpado, preexistindo a primeira, a preexistência do segundo fica igualmente estabelecida e fóra de toda a dúvida.

Resumamos: O homem não é responsável por pecado em que não tomou parte pessoalmente, por sua livre vontade; logo, a teoria da igreja romana quanto á transmissão do pecado original, é evidentemente errônea.

A vida é uma demonstração palmar de que o homem vem ao mundo com responsabilidades inatas; logo, a alma humana em quem se faz efetiva tal responsabilidade é preexistente á sua união com o corpo.

Resulta daí que, além da vida presente, da existência atual, o homem deve ter tido outras existências solidarias, a cada uma das quais a alma traz a responsabilidade das faltas cometidas na anterior e os efeitos de suas fraquezas e extravios; existências de provas, de reparação e de purificação, destinadas a conduzi-la, de gráu em gráu, á perfeição e á felicidade, por seus merecimentos e virtudes.

### XVIII

*Consequências absurdas derivadas do dogma da existência única da alma. Reincarnação das almas.*

Vejam, agora, as consequências que resultam de aceitar-se a sorte definitiva da alma depois da morte; e, se tais consequências são ofensivas da justiça e da misericórdia de Deus, como poderá o verdadeiro cristão deixar de repeli-las por seus fundamentos?

Que Deus não faz exceção de pessoas, (São Paulo aos Colossenses, III, 25) disse o Apóstolo dos gentios; todos os homens são iguais em sua presença, e cada um recebe o fruto das suas obras.

Esta doutrina, que é a do colégio apostólico, a dos primeiros dias do Cristianismo, nos quais se respirava, em toda a sua pureza, o hálito divino do ensino de Jesus, é completamente incompatível com o destino definitivo das almas depois de uma única existência corporal.

Que aos olhos de Deus não há distinção de pessoas, compreende-se claramente pelo simples bom senso; porque não pôde havê-la em sua justiça — e, em Deus, não se pôde supôr contradição, o que haveria se a sorte do homem fôsse definitivamente resolvida depois da morte. É o que nos propomos demonstrar.

No procedimento de cada um influe uma multidão de causas.

A idade — o sexo — o temperamento — as inclinações naturais — a saúde — o país em que se nasce — a educação — o talento — a posição social — e outras mil condições e circunstâncias contribuem para formar a moral do individuo e para dirigir sua vontade.

Essas causas estabelecem tal variedade entre os homens que, pôde-se afirmar sem receio de erro, não há dois em condições de existência perfeitamente idênticas, em todo o gênero humano.

O princípio de tão notórias desigualdades entre os homens, de modo algum pôde ser atribuído a Deus; pois valeria por atribuir-lhe a exceção de pessoas de que fala o Apóstolo; donde a arbitrariedade e o capricho.

Como atribuímos ao Sêr Supremo essa desigualdade de condições, sem ofendermos a sua justiça?

Porque uns morrem em idade em que não puderam conquistar merecimentos, nem contrair responsa-